

# **A PESQUISA HISTÓRICA DOS INTERNATOS DE ENSINO PROFISSIONAL: REVENDO AS FONTES PRODUZIDAS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX**

**Irma Rizzini**

Doutora em História Social pela UFRJ

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação/PPGE

E-mail: [irma.rizzini@gmail.com](mailto:irma.rizzini@gmail.com)

## **RESUMO**

O artigo apresenta uma discussão sobre as fontes históricas dos internatos para crianças pobres no Brasil, tema raramente abordado na historiografia da área. As fontes são analisadas a partir da concepção de que os textos não têm autonomia para produzir representações desvinculadas dos processos sociais, políticos e culturais que as geraram, e muito menos, das experiências dos sujeitos. A leitura das fontes, desvinculada do pressuposto da evolução e retrocesso das instituições educacionais, permite vislumbrar as dinâmicas de mutação das instituições, investigar as modalidades relacionais, os jogos de poder, entre os diversos sujeitos que estão envolvidos na sua criação e funcionamento.

*Palavras-chave:* Pesquisa histórica; Fontes históricas Internatos de ensino profissional.

## **HISTORICAL RESEARCH ON BOARDING HOMES PROVIDING VOCATIONAL SCHOOLING: A REVIEW OF SOURCES PRODUCED IN THE NINETEENTH AND TWENTIETH CENTURIES**

### **ABSTRACT**

This article presents a discussion of the historical sources of boarding homes for destitute children in Brazil, a subject rarely addressed in the historiography of the field. The sources are analyzed from the perspective that the texts are not independent enough to produce representations disconnected from the social, political, and cultural processes that generated them, much less from the subjects' experience. The reading of sources, disencumbered of the polarity between improvement and relapse, enables a glimpse of the dynamics of changes in the

institutions, an investigation of relational modalities, the power games, between the different subjects involved in their operation.

*Keywords:* historical research, historical sources, boarding homes providing vocational schooling

# **A PESQUISA HISTÓRICA DOS INTERNATOS DE ENSINO PROFISSIONAL: REVENDO AS FONTES PRODUZIDAS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX<sup>1</sup>**

**Irma Rizzini**

## **Introdução**

Tendo como tema os internatos públicos e religiosos da segunda metade do século XIX até meados do XX, tenho investigado as concepções pedagógicas e as visões sobre os internos presentes entre os vários sujeitos envolvidos no processo educacional e suas repercussões nas práticas pedagógicas das instituições asilares. A recepção dos processos educacionais empreendidos pelas instituições por parte das famílias e dos educandos é um foco constante do meu trabalho, no esforço de investigar as formas de resistência e apropriação dessas práticas. Entendo que, se por um lado, buscava-se impor determinados modelos educacionais, por outro, campos de negociação podiam emergir diante das pressões e das formas de apropriação engendradas pelas famílias e alunos, podendo levar à reorientação das práticas institucionais previstas nas normativas. Os estudos privilegiam as relações com o nível macro das decisões políticas e com o nível micro relativo às representações e ações dos sujeitos históricos (MOGARRO, 2005, p. 89).

Vê-se, por esta breve apresentação dos objetivos e pressupostos da pesquisa, que, diante das dificuldades de priorizar as vivências dos sujeitos, busco os rastros de suas relações com o processo educacional concebido no âmbito oficial. Aqui começam meus problemas de pesquisa, pois em se tratando de categorias das mais desvalorizadas socialmente, as dos *menores* desvalidos das áreas urbanas e rurais, dos filhos de índios, escravos e libertos, nem é preciso advertir o leitor de que suas vozes não aparecem na documentação. Essa preocupação permeia a discussão sobre as fontes de pesquisa, realizada no presente trabalho.

Os internatos para a formação de meninos pobres no trabalho artesanal datam do século XVIII no Brasil, resultando, em geral, de iniciativas de cunho religioso, como ocorreu no caso da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, instalada em Salvador no ano de 1799. Desse período até meados do Segundo Reinado, o treinamento para o trabalho se dava fora dos muros das instituições, como nos arsenais de guerra, oficinas particulares e, eventualmente, em alguma fábrica. Da década de 1860 em diante, tendeu-se a criar obstáculos mais eficazes para as fugas e a evitar a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Seminário comemorativo dos vinte anos do Proedes – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade/UFRJ/FE (2007) e ampliado, como subsídio ao projeto “Garantia de direitos na vida de crianças e adolescentes pobres: história e configurações atuais”, apoiado pela FAPERJ.

“contaminação” dos meninos com os vícios da cidade, instalando as oficinas intramuros. Após o Ato Adicional de 1834, que atribuiu competência às assembleias provinciais para legislar sobre a instrução pública, surgiram vários internatos de aprendizes artífices, sob a responsabilidade dos governos das províncias. A maioria das instituições recebeu a denominação de “Casa”, termo que remetia mais ao ambiente doméstico do que propriamente à ideia de profissionalização, que nesse período não era feita dentro da instituição. Em levantamento dos internatos de ensino profissional do século XIX, cadastrei cerca de 30 instituições, localizadas em 16 províncias e na corte, incluindo algumas que associavam o ensino artesanal ao agrícola. Existiam outras iniciativas no período, responsáveis pela formação de consideráveis contingentes para o Exército e a Marinha, como as Companhias de Aprendizes Artífices dos Arsenais de Guerra e as Companhias de Aprendizes Marinheiros (GERTZE, 1990; CASTRO, 2008; NASCIMENTO, 1999; VENÂNCIO, 1999).

Em geral, o pouco do que é preservado da documentação desses estabelecimentos está disperso nos arquivos públicos, organizados em séries diversas, como, por exemplo, as dos ofícios e minutas dos presidentes de província aos diretores, e vice-versa. Dificilmente, a documentação interna é guardada, especialmente aquela produzida no fazer pedagógico cotidiano da instituição.<sup>2</sup> O produto da expressão direta dos internos era descartado, como o eram os próprios educandos quando atingiam a idade limite da internação. Esse processo ocorre até hoje nas instituições públicas e nas filantrópicas. Nos arquivos das instituições religiosas, os pesquisadores dependem, muitas vezes, de mediações, que podem levar a um acesso restrito à documentação. Uma análise acurada dos arquivos das instituições educacionais do tipo asilar ainda está para ser feita.<sup>3</sup> Obstáculos, como a pesquisa localizada e precariamente articulada, a heterogeneidade dos arquivos, pulverizados por mantenedores e instituições de guarda de naturezas distintas, dificultam o acesso e a visão do conjunto.

A busca pela diversificação da documentação é de fundamental importância para se contornar a dificuldade de acesso aos meninos e familiares dos internatos profissionalizantes. Dessa forma, o esforço de trazer à tona o cotidiano educacional, vivências do internato e de seus setores, como a escola ou a sala de aula e as oficinas, por seus diversos participantes, não é de todo malgrado. Ao lado das fontes oficiais, a pesquisa de periódicos locais se mostra extremamente rica, devido ao acesso a outros participantes do processo educativo: professores, mestres, visitantes,

---

<sup>2</sup> O fazer pedagógico a que me refiro aqui tem um sentido amplo, relacionando-se às práticas educativas das instituições e a recepção às mesmas. Essas práticas abarcavam não só o ensino formal e profissional, mas a orientação para as boas condutas e a punição ao mau comportamento, aspectos expressos com detalhes nos livros de registro disciplinar.

<sup>3</sup> Os arquivos escolares, notadamente os das escolas públicas, têm sido alvo de estudos e intervenções dos historiadores da Educação, conforme aponta Mogarro (2005).

inspetores eventuais, jornalistas, inimigos e amigos políticos, etc. Os artigos de colaboradores e as denúncias de “interessados” nas instituições educativas podem revelar aspectos da vida cotidiana, conflitos, formas de resistência e as reações à desobediência às normas, que dificilmente são revelados na documentação oficial. Os ofícios trocados entre os diretores das instituições e os governantes responsáveis pelos internatos públicos, ou entre os diretores e as instâncias da Igreja que mantinham os internatos religiosos, mesmo com toda a aridez dos documentos burocráticos, permitem a construção de cenas da vida institucional.

### **Problematizando as fontes**

A historiografia está sempre a reafirmar que as fontes não falam por si mesmas; elas são problematizadas e interrogadas. A visita aos arquivos é orientada por perguntas delimitadas, mas suficientemente abertas e flexíveis, para que o pesquisador não encontre somente o que deseja achar, deixando-se espaço para o imponderável: as instigantes “descobertas” que a pesquisa histórica pode proporcionar, quando se mantém um estado de “atenção flutuante”, parafraseando o conceito psicanalítico. Coloco a palavra “descobertas” entre aspas, pois não se trata geralmente da descoberta de um documento desconhecido, e sim, de novas questões que ele pode suscitar.

A busca por um rol ampliado de fontes é orientada por uma única certeza, inspirada no trabalho de Simona Cerutti (citado por REVEL, 1998, p.25) sobre os ofícios e as corporações em Turim nos séculos XVII e XVIII: assim como “as identidades profissionais e suas traduções institucionais, longe de serem estabelecidas de forma definitiva, são objeto de um constante trabalho de elaboração e de redefinição”, as instituições educativas não são “formas escolares” engessadas, produzidas por normas exteriores. Ao contrário do quadro evolutivo que a historiografia clássica apresenta desses estabelecimentos, polarizado entre avanços e retrocessos, desvencilhada desse pressuposto, a leitura das fontes permite vislumbrar as dinâmicas de mutação das instituições, investigar as modalidades relacionais, os jogos de poder, entre os diversos sujeitos e os níveis hierárquicos, que estão envolvidos na sua criação e funcionamento. Tanto quanto os dados o permitirem, as relações com os grupos sociais e governos locais devem ser enfatizadas, como também no tocante às famílias dos internos.

Embora as instituições educativas apresentem profundas imbricações com as ações mais abrangentes do Estado e da Igreja, torna-se pertinente estar atento às contribuições da micro-história, especialmente na relação entre texto e contexto. A micro-história recusa a evidência de que existiria um contexto unificado, homogêneo, dentro do qual e em função do qual os atores determinariam suas escolhas, pois os homens constroem o mundo e suas ações por uma multiplicidade de experiências e representações sociais, em parte contraditórias, exigindo do

historiador a constituição da pluralidade dos contextos em que se inserem os comportamentos observados, conforme nos ensina Revel (1998, p.27). Este autor questiona a hipótese de uma eficácia global dos aparelhos e das autoridades pois não se consegue explicar essa eficácia em contextos extremamente variáveis e heterogêneos. A análise é deslocada dos pólos força/fraqueza, autoridade/resistência, centro/periferia para “os fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis”, devendo ser pensados a partir de sua composição com os poderes, submetidos a lógicas sociais particulares (Op. cit., p.29).

Com essas questões em mente, a ida aos arquivos é precedida de uma grande expectativa e de muitas perguntas. Em se tratando de instituições que atendiam a universos diversificados de crianças e jovens e que se propunham a gerir suas vidas 24 horas por dia, as primeiras perguntas que me surgem são: quem são, de onde vêm, o que veem e vivenciam no interior dos muros dos estabelecimentos? Quem são suas famílias, o que motivou o pedido de internação, que representações têm do processo educativo? Como conhecer os sujeitos que ingressavam nessas instituições? Que tipo de documentação permite ao pesquisador obter indícios, pistas, de forma a obter respostas a essas questões? A primeira constatação: os documentos apresentam fragmentos do universo do atendimento, um mosaico cujas peças teimam em não se encaixar. As crianças acolhidas nas instituições tornavam-se *educandos* ou *menores*; formavam uma massa indiferenciada, cuja composição só é possível compreender juntando as informações que a documentação oferece dispersa e escassamente. A comparação entre as várias instituições da época, guardadas as diferenças do contexto do surgimento de cada uma, auxilia no levantamento de questões sobre aspectos pobremente revelados pelos atores sociais que deixaram registros (agentes educacionais, diretores, governantes, etc.).

Na perspectiva desses atores sociais, o desvalimento antecede o critério étnico, manifestado por algumas autoridades.<sup>4</sup> A documentação oficial lida, antes de tudo, com *crianças desvalidas*. Os regulamentos das casas e institutos de aprendizes prescreviam os critérios sociais, jurídicos e de idade para o ingresso. Fatores como cor, grupo étnico e os favorecimentos que alimentavam as relações clientelistas costumavam estar condicionados à articulação entre a prática institucional e a administração provincial. O favorecimento político podia particularmente alterar os critérios regulamentares dos institutos, criando obstáculos à operacionalização dos fins previstos para as instituições educacionais (RIZZINI, 2006). Segundo Hebe Castro (1995), a referência à cor, comum na documentação jurídica da primeira metade do século XIX, some dos processos cíveis e criminais e dos registros paroquiais de livres, em Campos, na medida em que cresce o

---

<sup>4</sup> Desvalido é aquele que não tem valor, sem valimento e “sem valia”, encontra-se desprotegido, desamparado, desgraçado, miserável (FERREIRA, 1986). Definição aproximada encontra-se em dicionários do século XIX (SILVA, 1922 [1813], VALENTE, 1881).

contingente de libertos ao longo do século XIX e a cor não é mais associada à escravidão. No caso dos documentos dos internatos em que são apresentados dados dos educandos, esse tipo de informação só ocorre sob determinadas condições. Quando muito, os internos são diferenciados quanto às suas condições sociais, jurídicas e étnicas, como filhos legítimos ou ilegítimos, ingênuos ou o pertencimento a alguma etnia indígena. Isso ocorre quando o governo local, por exemplo, prioriza a educação de uma determinada categoria étnica ou jurídica, chegando a prever em lei o ingresso de índios e ingênuos, como o fez o Presidente do Amazonas, ao reinstalar o Instituto Amazonense de Educando Artífices, em 1882. A cor não é explicitada na documentação dos estabelecimentos de educandos estudados (Amazonas, Pará e Maranhão), mas depurada a partir de outras informações.

Cabe destacar que não é possível generalizar o uso que os internatos faziam desse dado, pois as experiências são bastante distintas, em decorrência da conjuntura política, social, cultural e econômica do meio em que estavam inseridas. Um exemplo é a Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim, asilo criado em 1799, na cidade de Salvador, com o objetivo de oferecer formação moral e profissional a meninos pobres e órfãos, de preferência brancos e pardos, filhos de uniões legais. Os critérios de raça e de legitimidade não constavam dos regulamentos – foram depreendidos pela análise estatística das fichas de todos os meninos que passaram pela Casa, entre 1825 e 1910 (MATTA, 1996, pp. 93-103). A Casa Pia não era um destino possível para a maioria dos meninos que vadiavam pelas ruas, ou seja, os descendentes diretos de escravos que se encontravam desprotegidos não tinham acesso à instituição. É o que se pode deduzir com base no perfil apresentado por Walter Fraga Filho (1996, p.120) a respeito de 83 *menores* apreendidos pela polícia nas ruas de Salvador, entre 1840 e 1870, dentre os quais a maioria era de não-brancos (95% dos 60 *menores* que tinham cor conhecida).

A própria Companhia de Aprendizes Marinheiros de Salvador, que recebia *menores* enviados pela polícia, passou a adotar restrições ao ingresso de “moleques” (rapazes negros) a partir da década de 1860 (FILHO, 1996, p.130). Tudo indica que, para o caso de Salvador, tornou-se necessário o registro da cor para excluir o crescente contingente de descendentes de escravos livres do acesso às instituições educacionais. Renato Venâncio (1999) aponta que, até a eclosão da Guerra do Paraguai, as Companhias de Aprendizes Artífices eram um destino desejado pelas famílias, e, portanto, depreende-se que havia uma pressão por vagas por parte daqueles que podiam contar com as melhores relações de proteção. Veremos, a seguir, pelo caso do Asilo de Meninos Desvalidos, que os filhos de escravas e ex-escravas podiam contar com protetores importantes, mas não era a situação mais frequente.

Em outro sentido, a informação da cor aparece relacionada à necessidade de comprovação da liberdade do aluno, pela apresentação da carta de alforria da mãe ou do filho. É o que ocorria no Asilo dos Meninos Desvalidos, que atendia também a ingênuos da Lei do Ventre Livre e a filhos de ex-escravas. O primeiro regulamento do Asilo, de 1875, não explicita a interdição às crianças escravas, somente às que sofrem de doenças contagiosas e defeitos físicos que as impeçam de aprender artes e ofícios.<sup>5</sup> Essa interdição aparece no “Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Município da Corte” (1854), o qual determinou a criação de “casas de asilo” para os meninos que vagassem pelas ruas, devendo os mesmos morarem com os párocos ou professores públicos para receberem a instrução de primeiro grau, enquanto não se criarem essas casas. Não há como obter uma dimensão mais aproximada do atendimento a essa população, pois sobreviveram ao tempo somente 713 das pastas do total de 4.817 asilados que passaram pela instituição, criada em 1875, na Corte (LOPES, 1994, p.139 e 141).

No entanto, no ano de 1883, foram preservadas 103 pastas dos 145 alunos matriculados, dando-nos indícios importantes das origens sociais e étnicas dos internos. Das 103 pastas existentes, 34 revelam somente os nomes das mães dos *menores*, situação comum nas fichas de filhos de escravas e ex-escravas, segundo Luiz Carlos Lopes (1994). Destas, em 15 estão registradas a condição de escravas ou ex-escravas, libertas, crioulas, pretas ou pardas (p.159). Neste ano, os internos, filhos de escravas, já eram nascidos sob a alçada da Lei de 1871, portanto não haveria necessidade de provar a liberdade da mãe ou do filho, não obstante a necessidade da liberação dos serviços da criança por parte do proprietário da mãe. Manoel Candido de Carvalho, que, em 1883, requereu uma vaga para o filho de sua escrava, Marcilio Dias Willagran Carvalho, apresentou um documento desistindo do “direito que tenho sobre os serviços do ingênuo”. No pedido de desligamento de Marcilio, em 1890, a escrava Justina Rosa da Silva, já liberta, assina “Justina Rosa de Carvalho”. Não restam dúvidas sobre o parentesco do ex-proprietário de Justina com o ingênuo Marcilio.<sup>6</sup>

### **As fontes**

A busca por vestígios dos sujeitos que passaram pelo processo educacional nesses estabelecimentos deve se dar em várias frentes, como nos relatórios oficiais, na correspondência entre direção e presidência da província, na legislação, nas pastas dos internos, na literatura, nos livros de registro, nos jornais locais, enfim, as informações estão distribuídas por variadas fontes, cabendo ao pesquisador organizá-las e enfrentar as possíveis contradições entre os dados

---

<sup>5</sup> BRASIL. Governo Imperial. Decreto n. 5849, de 09/01/1875. *Approva o Regulamento do Asylo de Meninos Desvalidos*.

<sup>6</sup> BR UFRJ/FE/PROEDES AMD - Asylo dos Meninos Desvalidos (MAOS 080MWC, 1883).



arrolados. Comentarei, no espaço restrito deste artigo, as fontes com as quais tenho trabalhado com mais frequência, devido à disponibilidade de acesso e às questões que suscitam.

A **correspondência** entre os presidentes de província e os diretores dos institutos proporcionaram a análise do controle presidencial sobre a instituição e de uma fração de sua vida cotidiana. Na pesquisa que realizei sobre as casas e institutos de educandos artífices do norte amazônico, verifiquei que através da correspondência entre o presidente da província e o diretor do Instituto Paraense era possível desvendar o controle exercido pelos presidentes sobre os mais diversos aspectos da instituição, como a admissão, o desligamento e a expulsão de educandos, a contratação e demissão de empregados, a compra de materiais para as oficinas e para o estabelecimento em geral, o recebimento de encomendas externas, as apresentações da banda de música, a escolha dos comissários para presidir os exames anuais, entre outros. Os mais diversos aspectos que regiam a vida dos sujeitos dentro e fora da instituição deviam passar pelo crivo dos presidentes.

No andamento da administração interna, os diretores mantinham a presidência informada de todas as ocorrências e recebiam recomendações do presidente quanto à execução de suas tarefas. Nos ofícios, o chefe máximo da Província chamava a atenção do diretor e dos funcionários sob a sua inspeção, e deliberava sobre aspectos da educação dos internos, participando não só da administração, mas também da construção da experiência educativa.<sup>7</sup> A relação de dependência entre diretor e presidente era estabelecida no dia a dia dos trabalhos da instituição.

Os ofícios assinalam aspectos do funcionamento cotidiano da instituição, sendo nesse momento, uma fonte contrastante em relação à contenção e à abordagem generalista dos relatórios oficiais. Nos pedidos de consideração às suas necessidades aparecem as famílias, ex-educandos e empregados, vozes raras na documentação educacional do período. A relação entre os responsáveis pelas crianças e a instituição era intermediada pelo presidente, sobretudo nos **pedidos de admissão e desligamento**. Queixas de familiares ou protetores também chegavam ao Palácio. Um desses casos aconteceu em 1889, quando a mãe de um educando procurou a presidência do Pará para se queixar dos castigos corporais infligidos a seu filho no Instituto Paraense de Educandos Artífices, sobre os quais se pediu informação ao diretor.<sup>8</sup>

A presidência recebia os requerimentos de admissão e de desligamento e os encaminhava ao diretor. Nessas situações, o diretor podia ser questionado nas suas obrigações. Tratando de um

---

<sup>7</sup> Minuta do ofício do Presidente da Província do Pará ao diretor do Instituto de Educandos, 01/02/1879 (Arquivo Público do Pará).

<sup>8</sup> Op. cit., 15/1/1889. A resposta do diretor não foi localizada. A intervenção das mães no processo educacional através de carta com denúncia anônima é analisada no artigo de Maria Zélia Maia de Souza, neste número da Revista Contemporânea de Educação.

requerimento de uma mãe ou protetora, o presidente cobrou do diretor “pontualidade na remessa das informações que tiver de prestar”.<sup>9</sup> O diretor despachava os pareceres ao governo, anexados às petições, de forma a subsidiar a decisão presidencial. Mais de uma dezena de petições de desligamento encontram-se na documentação do Governo do Pará entre março de 1881 e fevereiro de 1882. Na sua maioria, são viúvas alegando pobreza e a condição do filho como arrimo de família, de forma a obter a autorização de desligamento. Os textos seguiam um mesmo padrão, com um ou outro detalhe particular, como o fato da viúva ser “sobrecarregada de filho”. O mesmo argumento era utilizado nos pedidos de vaga dirigidos ao Asilo de Meninos Desvalidos, na Corte.

Os pedidos seguem um cerimonial próprio, rogando pela ordem presidencial em seu “respeitável despacho” ou ao “caráter justiceiro de Vossa Excelência”, como o supracitado. Os despachos do diretor que acompanham cada petição orientam a ação do presidente, mas terminam confirmando o poder de decisão desta autoridade: “V.Excia decidirá entretanto o que julgar mais acertado em sua alta sabedoria.” Os despachos revelam dados importantes sobre o processo educacional, como o fato dos alunos não lograrem concluir todos os cursos teóricos do Instituto, apesar da idade avançada. A despeito disso, o diretor prefere aprovar a saída dos educandos, que com sua rebeldia pressionam os dirigentes a burlarem as regras referentes ao período de prestação de serviços à instituição.

A preservação de arquivos das instituições, como o do Asilo de Meninos Desvalidos, permite a análise de documentos que acompanham a vida do interno, como aqueles exigidos para a sua admissão. Todas as pastas que sobreviveram às más condições de armazenamento no porão do antigo Asilo contêm uma carta de solicitação de internação, dirigida ao diretor do estabelecimento ou a outras autoridades governamentais. As solicitações eram feitas pelas mães, e, eventualmente, por outros responsáveis, como pais, avós ou tutores dos meninos, a maioria com a intermediação de pessoas notáveis e/ou reconhecidas como idôneas, que assinavam os pedidos “a rogo de... por não saber ler ou escrever” (LOPES, 1994, p.142).

Os pedidos feitos pelas famílias correspondem à finalidade das instituições de tornar o jovem “útil a si e à pátria”, pela via do trabalho. Ao lado da argumentação do “cidadão útil a seu país”, recorria-se com frequência à pobreza da mãe, nos inúmeros casos em que o pai não existia. Proprietários de escravas também solicitavam internação para crianças nascidas de ventre-livre, recorrendo ao mesmo tipo de argumentação. Os textos valorizavam a educação a ser recebida na instituição como superior ou a única possível para o menino, e anunciavam a impossibilidade dos

---

<sup>9</sup> Minuta do ofício do Presidente da Província do Pará ao diretor do Instituto de Educandos, 28/03/1887 (Arquivo Público do Pará).

responsáveis de educar as crianças. Preparar cidadãos úteis à pátria e excelentes filhos pela ordem, trabalho e moralidade era tarefa apropriada às instituições do Estado. Os termos das cartas se sofisticam, incorporando valores caros à década da libertação do ventre da escrava.<sup>10</sup> Na carta a seguir, recorre-se a estes valores de forma a sensibilizar o governo imperial frente à situação do liberto Augusto, que ao um ano de idade ficou sem mãe, por esta ter sido vendida para fora da província fluminense. Nascido em 1870, o menino foi tornado livre na pia batismal, conforme consta na certidão de batismo apresentada na matrícula.

Figura 1: Solicitação de internação por Emiliana Maria da Conceição Figueira (1878)

*Provincia do Estado do Rio de Janeiro*  
*4 de dezembro de 1878*


*Na ausencia do Dir.<sup>o</sup>, o subleitor interino*

*Le. Luiz de Almeida Araujo Cavalcanti*

Emiliana Maria da Conceição Figueira, pobre, doente, e sobrecarregada de familia tem em sua companhia, ha 6 annos, o menino Augusto seu afilhado de 7 annos de idade, o qual tendo sido liberto na pia baptismal ficou sem sua mãe por ter sido vendido p.<sup>o</sup> fora da provincia quando ella tinha 11 annos de idade.

Não podendo a sup.<sup>ta</sup> por falta de recursos e de saude continuar a tê-lo em sua companhia e dar-lhe uma educação condigna a vir a ser um cidadão util e prestante a pátria vem com a devida venia e submissão implorar a Vossa Magestade Imperial a Mercê e caridade de mandar admitir o referido afilhado no Asylo da Infancia Desvalida, ou em qualq.<sup>ue</sup> outro estabelecim.<sup>to</sup> semelhante p.<sup>o</sup> fim referido a 1878

Emiliana Maria da Conceição Figueira E. R. M.



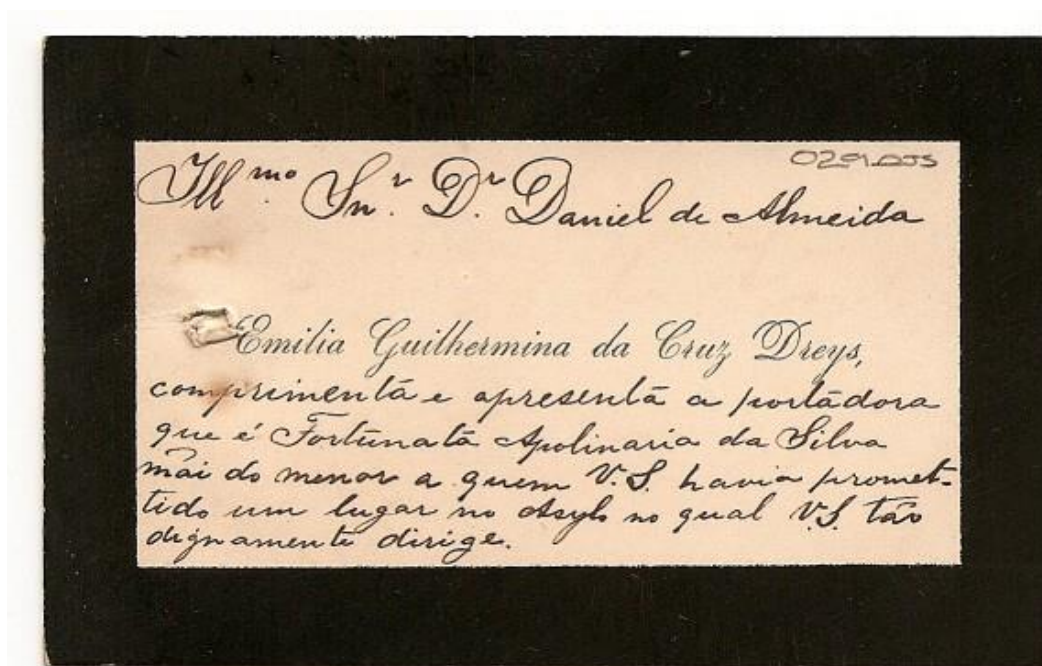
BR UFRJ/FE/PROEDES AMD - Asylo dos Meninos Desvalidos (AARO 001A, 1878).

<sup>10</sup> Termos empregados nas solicitações de 1878 e 1882, respectivamente (LOPES, 1994, p.155 e 158).

Esses valores também podiam ser evocados pelos próprios jovens na luta por uma vaga na instituição, como ocorreu a Francisco José dos Santos, de 14 anos, órfão de pai e mãe. Em duas cartas dirigidas ao então Ministro do Império, Barão de Cotegipe, Francisco solicitou uma vaga para si no Asilo, alegando não ter proteção, auxílio e nem parentes, e que, sabendo ler e escrever, pretendia aprender um ofício para poder trabalhar quando homem feito.<sup>11</sup> Apesar da alegada falta de protetores, o jovem não descuidou da busca por uma indicação, conforme consta na carta do funcionário público que intercedeu por sua pessoa, a despeito de deixar entrever que não tinha o poder de influência junto ao governo, imaginado pelo rapaz. Na sua tenacidade, Francisco conseguiu a vaga desejada, mas não alcançou o sonho de se tornar um “cidadão útil”, ao falecer dois anos após o ingresso no Asilo.

O decreto de criação do Asilo previa o atendimento a crianças órfãs, desvalidas, indigentes, ou seja, crianças pobres que não contavam com protetores. No decorrer dos anos, a instituição é atravessada pelas práticas clientelistas e assistencialistas que envolviam as relações entre o público e o privado na sociedade brasileira. Os cartões personalizados, encontrados em algumas pastas, transformavam um ato administrativo público em uma ação pessoal.

Figura 2: Cartão personalizado de Emília Guilhermina da Cruz Dreys (1886)



BR UFRJ/FE/PROEDES AMD - Asylo dos Meninos Desvalidos (ARBE 029AJS, 1886).

<sup>11</sup> BR UFRJ/FE/PROEDES AMD - Asylo dos Meninos Desvalidos (BEFR 019FJS, 1888).

Figura 3: Cartão personalizado do Visconde de Paranaguá (1886)

27-5-86  
OK  
Ao Ilmo. Sr. D. Daniel  
Oliveira Barros d'Alm.  
cumprimenta afetuosamente.  
Visconde de Paranaguá e  
pede licença p. apresen-  
tar-lhe a prestadora, Sr.ª  
D. Sophia de Lamaignere com  
o orphão Ambrosio, cuja

BR UFRJ/FE/PROEDES AMD - Asylo dos Meninos Desvalidos (ABAN 014ANS, 1886)

Nesses casos, quem solicitava a vaga não era mais a pobre viúva que necessitava da ajuda do Estado para educar seu filho, mas, sim, o nobre, o proprietário ou proprietária de escravos, o aparentado de algum funcionário público influente. Como as internações eram realizadas mediante o requerimento às autoridades (incluindo-se aí o próprio Imperador, senadores e deputados, diretores de instrução e do Asilo, etc.), é possível avaliar que a internação dessas crianças não resultava de uma política de governo direcionada à instrução e formação de filhos de escravas e ex-escravas; antes disso, seguia-se uma tradição clientelista da assistência pública no país, disseminada pelo e no Estado brasileiro, em vários níveis e setores. É aceitável a inferência de que, no Rio de Janeiro, a ação clientelista, comum em toda parte, atingia com mais facilidade a filhos de escravas e ex-escravas, de acordo com uma postura liberal de igualdade, fortalecida pela proximidade com o estado central. As relações clientelistas transformaram um *asilo* que pretendia educar crianças que vagavam pelas ruas (portanto, desvalidas), em um *instituto* para meninos cujas famílias contavam com protetores.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Apesar da tendência, a partir da década de 1870, de nomear de “institutos” os internatos de formação profissional, o Asilo permaneceu com esta denominação até 1894, quando passou a ser chamar Instituto Profissional. A respeito, ver o trabalho de Jucinato Marques (1996).

**Leis, decretos, regulamentos e regimentos** nos permitem visualizar as expectativas e intenções dos legisladores e das administrações provinciais quanto ao destino dos institutos. O minucioso detalhamento das condutas permitidas e condenadas, tanto dos educandos quanto dos agentes educacionais, realizado em sucessivas reformas e leis complementares aos regulamentos, é um importante indício de que a produção das normas é atravessada pelos acontecimentos cotidianos dos estabelecimentos. Simona Cerutti (1998, p.189) desloca uma imagem da vida social governada por normas exteriores para uma concepção da relação entre os indivíduos e o mundo circundante. Sob uma perspectiva relacional, a historiadora defende uma reformulação da relação entre as normas e os comportamentos. As normas são produzidas e negociadas nas relações que os indivíduos mantêm nas várias esferas da vida social. Pensar sob essa perspectiva para a situação dos rígidos internatos, onde há um espaço restrito de manejo das normas, é, à primeira vista, contraditório. No entanto, a leitura atenta das fontes traz fortes indícios de que os indivíduos não só reagiam aderindo ou recusando as normas, mas interferindo nelas, burlando, provocando transformações, como mostra a grande quantidade de decretos, portarias e ofícios alterando regras ditadas pelos regulamentos. Portanto, as normas não se limitam a reger a vida dos indivíduos, grupos e instituições, sendo também construídas e manipuladas pelos seus alvos.

Sem dúvida, pensar a capacidade de negociação dos internos do sistema institucional da educação para o trabalho do século XIX é uma tarefa árdua, pelo silêncio das fontes, e pelo tipo de população atendida: menores de idade, provenientes de famílias pobres ou empobrecidas pelo falecimento do provedor, e uma parcela de meninos tida como racialmente inferior, composta por negros, índios e mestiços. O poder de barganha conferido pelo valor e utilidade econômicos dos aprendizes era irrisório (podiam ser facilmente substituídos), ao contrário do que ocorria com os escravos, cujos senhores muitas vezes não tiveram alternativa a não ser negociar modos de vida mais aceitáveis para seus trabalhadores cativos, como demonstram João Reis e Eduardo Silva (1989) e Sidney Chalhoub (1990). Alunos rebeldes podiam ser dispensados, medida autorizada por todos os regulamentos dos internatos. Diretores não se furtaram de recorrer à medida extrema, não só de modo a dar conta dos tidos como incapazes para se beneficiarem da educação oferecida pela instituição, mas também para aparar os excessos clientelistas dos governos.

Não era rara, nos últimos anos de formação, a rebeldia dos jovens visando à expulsão, principalmente quando o educando deveria trabalhar nas oficinas para indenizar o estabelecimento das despesas efetuadas com a sua educação. Nesse momento, o educando tem um valor econômico que deve ser garantido, mesmo que fosse preciso recorrer-se a prêmios em dinheiro para mantê-lo trabalhando. O valor político não deve ser desprezado, pois interessava ao

diretor e ao governo apresentarem bons resultados de forma a justificar o investimento realizado. Ao adotarem comportamentos de “insubordinação e falta de atividade” (FALCÃO, 1849, p.77) com a finalidade de serem dispensados, os educandos recusavam normas instituídas pelos regulamentos, levando, em algumas situações, à sua revisão, como a diminuição do tempo de internação. Apresenta-se aqui a necessidade de se entender a lei como prática social e “espaço, objeto e objetivo de lutas políticas”, e não apenas como ordenamento jurídico, como bem pontuou Luciano Faria Filho (1998, p.92).

As notícias, as cartas e os artigos publicados nos **jornais** locais, de tendências políticas diferentes, constituem fontes importantes para uma análise dos conflitos e contradições que permeavam as relações entre os estabelecimentos e as instâncias envolvidas no seu funcionamento, como também das injunções internas. Nessa fonte, encontrei referências às reações das crianças, retratadas através de seus comportamentos notáveis, mas principalmente pelo desempenho escolar insatisfatório, rebeldias, vadiagens e deserções.

Com os devidos cuidados metodológicos, podemos analisar, por meio dos jornais, os relatos dos agentes educacionais que informam sobre as atitudes e comportamentos dos internos, tais como o desempenho nas letras e no trabalho artesanal, as fugas, entre outros inúmeros sinais. Se no caso das escolas públicas, pais, responsáveis e protetores dos alunos enviavam cartas aos jornais e abaixo-assinados aos governos (GONDRA & LEMOS, 2004), abrindo uma brecha de participação no processo de produção da escola pública de uma determinada região, no caso dos institutos de formação profissional, reinava o silêncio das famílias. As suas manifestações não ocorriam através da exposição pública, e, sim, do trâmite burocrático entre responsáveis e governo, entre pedidos de internação, de saídas para tratamento médico e algumas raras alusões a maus-tratos sofridos na instituição. Essa atitude não surpreende, quando entendemos o processo de ingresso nos institutos, em que redes de proteção necessitavam ser acionadas, e a magnitude do sentimento de favorecimento, pelo fato do filho ou protegido ter sido agraciado com uma vaga. A procura por vagas era grande, ao contrário do que ocorria nas escolas públicas, especialmente as do interior, que podiam ser facilmente extintas pela baixa frequência.

Trabalhando com jornais das províncias amazônicas, tornou-se evidente que a imprensa, mesmo a mais combativa, tinha grande apreço às suas instituições educacionais e mantinham-se especialmente vigilantes quando as ingerências políticas obstruíam os seus objetivos educacionais. As disputas entre tendências políticas opostas tinham como arena privilegiada a imprensa alinhada politicamente, e a preservação das instituições educativas constituía a causa pela qual lutar. Os relatos de conflitos, rebeliões e fugas surgem fugazmente na imprensa e não costumam constar dos relatórios oficiais. Em períodos de crises mais agudas, como fraudes no

emprego do dinheiro público, notório mau comportamento ou escasso aproveitamento dos alunos, a imprensa se mobilizava para atacar ou defender seus correligionários ou opositores políticos. Eventos de tal natureza encontraram ampla repercussão em jornais de Manaus e Belém, quando a Casa amazonense foi acusada de nenhum proveito trazer a seus alunos, e a paraense se viu envolvida nas fraudes de um almoxarife. Nenhuma das ocorrências pôde ser negada, porém os culpados pelos acontecimentos variavam conforme a orientação política do jornal. Foram situações em que as paixões partidárias motivaram ou rondaram os debates, os confrontos e as acusações concernentes às instituições profissionalizantes.

Por fim, os relatórios oficiais, os almanaques e as demais obras, que retratam as iniciativas de formação profissional das províncias, são fundamentais para uma leitura menos comprometida com as paixões partidárias. Nos **relatórios**, consta a descrição das práticas educacionais, das necessidades de reforma e das intenções dos governantes. Muito embora os relatórios fossem documentos destinados ao conhecimento público, não é possível afirmar que seus redatores estivessem apenas preocupados em florear a realidade e divulgar uma imagem positiva de suas ações. Esses registros estão tomados por um intenso espírito reformador, orientado pelas questões civilizatórias do século, tornando os estabelecimentos de ensino alvos de críticas de teor diversificado. Como instrumentos de construção e veiculação de uma imagem pública das atividades de uma determinada instituição, conforme supõe Adriana Vianna (1999, p.71), os relatórios contribuem para produzir representações que associam o sucesso das instituições educacionais com o progresso da nação.

Os **almanaques**, não obstante a intenção de expor uma radiografia das cidades, de forma objetiva e sintética, são fontes que auxiliam a pensar a instituição no contexto dos setores e das atividades de uma cidade. Especialmente nos casos dos estabelecimentos que tinham por objetivo formar artífices para a cidade, os almanaques oferecem uma visão, ainda que parcial, das atividades comerciais, artesanais e industriais de uma dada região, informações que devem ser complementadas por outras fontes. Tais informações são úteis para uma análise dos possíveis destinos dos ex-educandos, em termos de mercado de trabalho, articuladas a outros indícios que possam ser localizados nas fontes. O estudo dos destinos dos jovens após a saída da instituição é dificultado pela existência de referências esparsas na documentação. De volta à vida na cidade, o ex-interno sumia dos registros oficiais.

E é justamente na **literatura**, que abraçava o tema das instituições educacionais, em que o pesquisador pode obter comentários e análises mais acuradas sobre as mesmas, desvendando as representações que circulavam sobre a vida e a educação dos internos, e mesmo sobre os resultados do processo educacional. Dessa forma, trato aqui das obras produzidas por autores que



se dedicaram aos temas educacionais, orientados por preocupações sociais, jurídicas, higienistas e jornalísticas. Portanto, o termo literatura abrange uma grande diversidade de obras, que diferem quanto aos seus propósitos, aos métodos de elaboração dos textos e aos possíveis leitores. É pertinente lembrar as advertências da historiografia sobre a importância de se estar atento às condições de produção das fontes, e pensando esses textos como documentos, evoco a advertência de Le Goff (1996), de que o documento, como instrumento de poder, jamais é objetivo, inócuo ou primário. Os textos não têm autonomia para produzir representações desvinculadas dos processos sociais, políticos e culturais que as geraram, e muito menos, das experiências dos sujeitos. Mais uma vez, recorro às palavras de Simona Cerutti para lembrar que as fontes devem ser confrontadas com outras fontes e com as leituras contemporâneas, no esforço de interrogação sobre “os modos de produção dessa imagem, sobre as relações com o espaço ou com os indivíduos que a informaram” (1998, p.181).

### Referências bibliográficas

- CASTRO**, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CASTRO**, Rozenilda. *Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Piauí – 1874 a 1915*. História de uma instituição educativa. Teresina: Editora Universitária da UFPI, 2008.
- CERUTTI**, Simona. Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: **REVEL**, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CHALHOUB**, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FALCÃO**, José Antonio. *Informação do Estado da Caza dos Educandos Artífices e das precisões que n'ella se sentem; desde o seu começo*. Dada em cumprimento das Ordens que se servio expedir no seu Officio de 15 de setembro de 1849, o Illm Exm. Snr. Herculano Ferreira Penna, Commendador da Imperial Ordem da Roza, e Presidente desta Provincia, ao director da mesma casa José Antonio Falcão, Alferes Alferes da 3ª Classe do Exercito de Primeira Linha. Em 24 de setembro de 1849. Maranhão: Typ. da Temperança, 1849.
- FARIA FILHO**, Luciano M. A legislação escolar como fontes para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: **FARIA FILHO**, Luciano M. *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- FERREIRA**, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FRAGA FILHO**, Walter. *Mendigos, moleques e vadios: na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.
- GERTZE**, Jurema Mazuhy. *Infância em perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre (1837-1880)*. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

- GONDRA**, José e **LEMOS**, Daniel (s.d). A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 13-14, p. 69-83, 2004.
- LE GOFF**, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LOPES**, Luiz Carlos Barreto. *Projeto Educacional Asilo de Meninos Desvalidos: Rio de Janeiro (1875-1894) - uma contribuição à história social da educação no Brasil*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, CFCH/UFRJ.
- MARQUES**, Jucinato de Serqueira. *Os desvalidos: o caso do Instituto Profissional Masculino (1894-1910). Uma contribuição à História Social das instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, CFCH/UFRJ.
- MATTA**, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em História), UFBA.
- MOGARRO**, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*. SBHE, n.10, julho/dezembro, 2005.
- NASCIMENTO**, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- REIS**, João, **SILVA**, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravagista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REVEL**, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIZZINI**, Irma. Educação popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para formação de artífices. In: **SAMPAIO**, Patricia; **ERTHAL**, Regina (Orgs). *Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA/CNPq, 2006.
- SILVA**, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Oficinas da S.A. Lito-Tipografia Fluminense, 1922. Fac-símile da segunda edição de 1813.
- VALENTE**, Antonio Lopes dos Santos. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza feito sobre um plano inteiramente novo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- VENÂNCIO**, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: **PRIORE**, Mary del. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- VIANNA**, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.